ASSOCIAÇÃO CULTURAL LANCHONETE <> LANCHONETE **ESTATUTO SOCIAL**

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Foro, Duração e Objeto

Artigo 1º - A associação, que adotará como denominação social ASSOCIAÇÃO CULTURAL LANCHONETE <> LANCHONETE, doravante denominada "Associação", é associação civil de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Associação tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Pedro Ernesto, nºs 14/16, Gamboa, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20220- 350 podendo manter escritórios, representações e outras dependências em qualquer parte do território nacional.

Artigo 3º- O prazo de duração da Associação será indeterminado.

Artigo 4º - A Associação tem por missão: (i) proteger os direitos humanos e das minorias, por meio do apoio a crianças, jovens e adultos hipossuficientes, com atraso no seu desenvolvimento físico, psíquico e intelectual, inclusive por meio do atendimento aos diversos grupos familiares ou de convivência em que estejam inseridos, através de iniciativas de bem-estar; (ii) promover e realizar exposições, mostras, cursos e workshops, seminários e demais atividades culturais, inclusive ligadas à ciência e à tecnologia, relacionadas à arte contemporânea e também a partir dos territórios periféricos, desenvolvendo um programa que conecta arte; (iii) gerar inventividade e qualidade ex oferecer uma programação transdisciplinar, servindo como espaço experimental e de educação; (iv) reinventar a ideia de práticas artísticas, de espaço cultural, de educação e/ de arte, a partir do diálogo com a comunidade local; (v) construir redes para compartilhat as melhores práticas e modos de ser e estar no mundo, em colaboração com universidades e programas de formação de ensinadores; e (vi) contribuir para o aperfeiçoamento do intercâmbio cultural entre regiões do Brasil e do mundo, através de residências artísticas, viagens e pesquisas em campo, podendo para tanto firmar convênios com órgãos governamentais, centros culturais, instituições, fundações e pessoas jurídicas de direito privado.

Parágrafo primeiro - À Associação é vedada qualquer atividade religiosa, políticopartidária ou eleitoral, bem como o seu uso para qualquer espécie de promoção pessoal, política ou religiosa.

Parágrafo segundo - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação não fará discriminação de raça, cor, gênero, orientação sexual, condição social, credo político ou religioso ou a pessoas com deficiência, e observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Artigo 5º - Para realizar sua missão, a Associação terá como objetivos:

desenvolver e fomentar a criação de novos projetos e de parcerias com outras instituições culturais e/ou educacionais, cujo foco seja arte e cultura, educação e/ou meio ambiente, de modo a permitir a realização de atividades, dentre outras, de exposição, produção de conhecimento e estabelecimento de fontes de pesquisa, em âmbito nacional e internacional;

- apoiar ações culturais e artísticas relacionadas ao circuito da região denominada "Pequena África", na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, através de perspectivas de atuação pensadas a partir do contexto/
- (iii) promover atividades educativas e de formação nas suas áreas de atuação, voltadas principalmente a crianças hipossuficientes;

local, em relação direta com as suas premissas históricas e humanistas;

- captar e gerar recursos a fim de custear as atividades e ações necessárias (iv) para o cumprimento das finalidades da Associação, incluindo a manutenção e segurança de seu acervo e o desenvolvimento de suas atividades culturais e artísticas, estabelecendo mecanismos por meio dos quais se possa constituir estrutura financeira capaz de garantir o desenvolvimento autosustentado da Associação e de suas atividades;
- (v) realização e promoção de publicações impressas e digitais.

Artigo 6º - Para a consecução de seus objetivos, a Associação poderá receber doações, subvenções do Poder Público, firmar contratos, convênios, termos parcerias, termos de colaboração, termos de cooperação, estabelecer intercâmbios e outras iniciativas conjuntas com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais

CAPÍTULO II Dos Associados

Artigo 7º - O quadro associativo da Associação será composto por um número ilimitado de pessoas físicas e jurídicas, que queiram colaborar com a consecução de seu objeto social, sendo enquadradas nas categorias a seguir:

- Associado Fundador; e (i)
- (ii) Associado Efetivo.

Parágrafo primeiro - São Associados Fundadores da Associação as pessoas, físicas ou jurídicas, que participaram da Assembleia de Constituição da Associação, tendo assinado a Lista de Presença.

Parágrafo segundo - São Associados Efetivos as pessoas, físicas ou jurídicas, apresentadas pelo Conselho Deliberativo e admitidas pela Assembleia Geral por votação consignada em Ata, para contribuir com as atividades da Associação.

Parágrafo terceiro - É requisito, para admissão de novos associados, a concordância com os termos do presente Estatuto e ter seu pedido de associação, à Associação, aprovado em Assembleia Geral.

Artigo 8º - O Associado poderá ser excluído, em caso de descumprimento das obrigações estatutárias, ou por qualquer conduta que venha a prejudicar as atividades da Associação ou sua reputação. Verificada a existência de indícios de qualquer das hipóteses de exclusão, o Conselho Deliberativo, por iniciativa própria ou mediante representação de qualquer Associado, poderá determinar a exclusão do Associado.

Parágrafo primeiro - A penalidade de exclusão será aplicada apenas após a audiência do Associado, que poderá aduzir a sua defesa, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da correspondente notificação.

Parágrafo segundo - Da penalidade imposta será assegurado ao Associado o pleno direito de defesa, cabendo recurso, sem efeito suspensivo, à primeira Assembleia Geral que se realizar.

Parágrafo terceiro - O associado será automaticamente excluído nas seguintes 📈 hipóteses:

(ii)

& Why D

























RCPJ-RJ 04/02/2020-88 EDFJ45880KOT

Sendo o associado uma pessoa natural, caso venha a falecer ou seja (i) considerado incapaz; ou

Sendo o associado uma pessoa jurídica, caso seja liquidado, extinto, (ii) venha a requerer sua recuperação judicial ou tenha decretada sua falência ou insolvência.

Artigo 9º - São direitos de todos Associados, além de outros inerentes a essa condição:

- ter acesso às atividades desenvolvidas pela Associação;
- receber materiais impressos e/ou digitalizados preparados pela Associação; (iii)
- manter-se permanentemente informado das atividades desenvolvidas pela (iiii) Associação ou realizadas com seu apoio;
- integrar, conforme o caso, os grupos de estudo e pesquisa e os trabalhos de (iv) cunho social que a Associação promover;
- acompanhar a gestão das atividades da Associação; (v)
- solicitar a convocação de assembleia geral, na forma deste Estatuto Social; (vi)
- propor matérias para deliberação em assembleia geral; (vii)
- participar das Assembleias Gerais, discutir assuntos apresentados e formular (viii) propostas.

Parágrafo primeiro - Além dos direitos previstos no caput deste artigo, os Associados Fundadores e os Associados Efetivos têm direito de voto nas reuniões da Assembleia

Parágrafo segundo - Somente os Associados Fundadores tem a prerrogativa exclusiva de utilizar-se dos centros de documentações, de todos os bancos de dados e dos acervos da Associação

Parágrafo terceiro - Os Associados Fundadores detêm poder de veto quanto a matérias que prevejam:

- a alteração do nome e da sede da Associação; (i)
- a criação, extinção ou alteração das atividades desenvolvidas pela (iii) Associação:
- a modificação, a qualquer título, do acervo da Associação; (iii)
- eleição e indicação de outros integrantes dos Conselhos Deliberativos, (iv) Consultivo e Fiscal;
- indicação e contratação de Diretor Executivo. (V)

Artigo 10º - São obrigações dos Associados, além de outras inerentes a essa condição:

- (i)acatar as disposições deste Estatuto e dos regulamentos e resoluções baixadas pela Associação;
- colaborar, na medida de suas possibilidades, em todas as iniciativas da (ii) Associação e desempenhar fielmente as funções para que forem eleitos;
- pagar pontualmente as contribuições devidas à Associação, sob pena de (iii) exclusão, as quais deverão ser estabelecidas pelo Conselho Deliberativo;
- zelar pelo bom nome da Associação, pela salvaguarda de seu patrimônio e (iv) pelo bom andamento de suas atividades.
 - comparecer regularmente às Assembleias Gerais Ordinárias, respeitar os (v) princípios e objetivos contidos neste Estatuto e zelar pelo seu cumprimento.

Parágrafo único - O Associado que pretender desligar-se da Associação deverá notificar ao Conselho Deliberativo com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. 1

RCPJ-RJ 04/02/2020-88 EDFJ45880MOT

Artigo 11º - A qualidade de Associado é intransmissível, salvo no caso de Associados pessoas jurídicas, que serão sucedidos em caso de sua incorporação ou fusão bem como, no caso de sua cisão, nos termos dos documentos que a refletirem.

Artigo 12º - Os Associados, independentemente da categoria, não respondem subsidiária nem solidariamente pelas obrigações, encargos assumidos pela Associação, como também nenhum direito terão no caso de demissão, exclusão ou falecimento.

CAPÍTULO III Dos Órgãos da Associação

Artigo 13º - A Associação terá os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral: (i)
- Conselho Deliberativo; (ii)
- (iiii) Conselho Consultivo; e
- Conselho Fiscal. (iv)

Parágrafo Primeiro - A Associação poderá remunerar os membros do Conselho Deliberativo por sua atuação, e, pela prestação de serviços específicos, respeitados os valores praticados pelo mercado na região onde exercem as suas atividades e também terão cobertas pela Associação todas as despesas necessárias ao desempenho de suas funções.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal da Associação não serão remunerados, mas terão todas as despesas necessárias ao desempenho de suas funções cobertas pela Associação.

CAPÍTULO IV Da Assembleia Geral

Artigo 14º - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da Associação, sendo constituída pelo conjunto dos Associados, em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 15º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, para a discussão de assuntos que envolvam os interesses da Associação, convocada:

- pelo Conselho Deliberativo;
- pelo Conselho Fiscal; e (ii)
- pelo requerimento de 1/5 dos Associados quites com as obrigações (iii)

Artigo 16° - Compete à Assembleia Geral:

- eleger os membros do Conselho Deliberativo, os membros do Conselho (i) Consultivo e os membros do Conselho Fiscal;
- aprovar a proposta de programação anual da Associação, submetida pelo, (ii) Conselho Deliberativo;
- apreciar o relatório anual elaborado pelo Conselho Deliberativo; (iii)
- discutir e homologar as contas e o balanço patrimonial;









RCPJ-RJ 04/02/2020-88 EDFJ45880KOT

 (v) apreciar, examinar e aprovar o relatório de atividades e as demonstrações financeiras da Associação;

 (vi) destituir os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal;

- (vii) deliberar sobre quaisquer transações fora do curso normal das atividades da Associação;
- (viii) proferir decisão de exclusão de associado;
- (ix) deliberar sobre a extinção da Associação e a eleição de uma comissão de liquidação.
- (x) analisar e aprovar alterações do Estatuto Social;

Parágrafo único – Para as deliberações a que se referem a alteração do Estatuto Social e a extinção da Associação, é exigido o voto concorde de dois terços dos associados com direito a voto dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados.

Artigo 17º – A convocação da Assembleia Geral será feita por circular enviada aos Associados, dependendo sua realização, em primeira convocação, de, no mínimo 1/3 dos seus Associados, ressalvado o disposto no art. 59 da Lei 10.406/02 ("Código Civil").

Parágrafo Único - As Assembleias serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados e, em segunda convocação, meia hora após o horário originalmente designado, com qualquer número.

Artigo 18º – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas e aprovadas por maioria simples de votos, ressalvado o disposto no art. 59 do Código Civil, sendo permitido o voto por procuração, desde que o outorgado seja associado, cabendo a cada associado um voto.

CAPÍTULO V Do Conselho Deliberativo

Artigo 19º – O Conselho Deliberativo é o órgão responsável pela direção e representação da Associação, tendo como objetivo principal exercer função deliberativa, moderadora e fiscalizadora, cabendo-lhe formular políticas, estratégias e orientar suas atividades, sendo composto por 3 (três) a 7 (sete) membros titulares, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Presidente e demais Conselheiros.

Parágrafo primeiro — Os Associados Fundadores farão parte do Conselho Deliberativo, presidindo ou participando de suas reuniões.

Parágrafo segundo - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos por igual período.

Parágrafo terceiro – Em caso de ausência ou impedimento, os membros titulares do Conselho Deliberativo se substituem uns aos outros.

Parágrafo quarto - No caso de vacância permanente do membro eleito, a Assembleia Geral, caso entenda necessário, reunir-se-á para nomear o novo membro, que permanecerá no cargo até o fim do mandato de seu antecessor.

Parágrafo quinto - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de

MI R

Ma

H

gr W3

5 gla 5

1

Mar







RCPJ-RJ 04/02/2020-88 EDFJ45860KOT

qualquer membro do Conselho Deliberativo ou Associado Fundador, para cumprir as atribuições que lhe são próprias.

Parágrafo sexto - Os Conselheiros poderão participar das reuniões por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, sendo admitido, ainda, caso não possam participar, apresentar, com antecedência, voto por escrito ou transmiti-lo por carta registrada, e-mail ou qualquer outro meio que expresse sua manifestação de vontade, sendo considerado presente, para todos os efeitos

Artigo 21º - Compete ao Conselho Deliberativo:

- participar das Assembleias Gerais, prestando à mesa diretora as informações solicitadas;
- representar a Associação em juízo ou fora dele; (iii)
- convocar reuniões extraordinárias do Conselho Consultivo ou do Conselho (iii) Fiscal sempre que considerá-las necessárias;
- indicar, para devida aprovação em Assembleia Geral, na forma deste Estatuto, (iv) os membros do Conselho Consultivo, preenchendo os cargos vagos ou(ampliando o número de membros do mesmo, quando exigir a expansão do quadro social da Associação;
- organizar, fiscalizar e supervisionar as atividades da Associação, praticando (v) todos os atos necessários ao seu funcionamento e continuidade, contratando para isto o pessoal necessário;
- prestar aos demais órgãos da Associação as informações que forem por eles (vi) solicitadas;
- (vii) elaborar e submeter à Assembleia Geral a proposta de programação anual da Associação:
- executar a programação anual de atividades da Associação; (viii)
- elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual; (ix)
- reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em (x) atividades de interesse comum; e
- contratar ou demitir o Diretor Executivo da Associação. (xi)

Parágrafo primeiro - Quando o Diretor Executivo contratado pela Associação for um dos membros da Assembleia Geral, seu direito de voto quedará suspenso enquanto durar seu contrato para o cargo.

Parágrafo segundo - As competências e atribuições do Diretor Executivo da Associação serão definidas pelo Conselho Deliberativo quando de sua contratação. Artigo 22º - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo:

- comparecer às reuniões do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral, prestando os esclarecimentos solicitados quanto à atuação administrativa e financeira da Associação;
- convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo ; (ii)
- convocar e presidir as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; (iii)
- convocar Assembleias Gerais Extraordinárias, solicitadas por maioria absoluta (iv) do Conselho Deliberativo, sendo garantido o direito de um quinto dos associados de promovê-las:
- convocar reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo e as Extraordinárias; (v)
- representar a Associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em suas j relações com terceiros, constituir advogados e mandatários;





RCF/J-RJ 04/02/2020-88 EDF 45880KOT

- representar a Associação em escrituras de compra, venda, doação, permuta (vii) ou gravame de imóveis, da ou para a Associação, e autorizadas pelo Conselho Deliberativo podendo outorgar, por instrumento público, tais poderes de representação;
- assinar documentos que representem direitos ou obrigações da Associação; (viii)
- providenciar o cumprimento das resoluções e disposições estatutárias da (ix) competência específica do Conselho Deliberativo; e
- abrir e encerrar contas bancárias, assinar contratos, requisitar e assinar (x) cheques, movimentar eletronicamente contas bancárias, representando a Associação junto a instituições bancárias privadas e oficiais;
- outorgar procuração em nome da Associação, em conjunto com pelo menos 1 (xi) (um) Conselheiro, estabelecendo poderes e prazos de validade.

Parágrafo primeiro – Para alienar, hipotecar, transigir sobre bens imóveis, prestar fiança ou aval sobre qualquer título, o Presidente necessita da autorização da Assembleia Geral, consignada em Ata específica e registrada.

Parágrafo segundo - Caso o Presidente acumule as funções de Diretor Executivo, seu direito ao voto ficará suspenso pelo tempo em que atuar enquanto Diretor

Parágrafo terceiro - O Presidente poderá nomear mandatários com poderes específicos pelo prazo máximo de 1 (um) ano, salvo se o mandato for conferido para defesa da Associação em processos administrativos ou judiciais, hipótese em que o mandato poderá ser conferido por prazo indeterminado.

Parágrafo quarto - O Presidente poderá delegar suas funções, por meio de procuração a ser outorgada com a concordância de pelo menos 1 (um) Conselheiro.

Artigo 23º - Compete aos demais Conselheiros zelar pela elaboração das Atas da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho Deliberativo, bem como exercer as demais funções inerentes ao cargo.

CAPÍTULO VII

Da Conselho Consultivo

Artigo 24º - O Conselho Consultivo funcionará como um órgão de assessoria do Diretor Executivo e do Conselho Deliberativo e será composto por pelo menos 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 2 (dois) anos, sem remuneração, podendo ser reeleitos.

Artigo 25° - Compete ao Conselho Consultivo:

- eleger seu Presidente; (i)
- sugerir iniciativas ao Diretor Executivo e/ ou ao Conselho Deliberativo tendo (iii) em vista a missão e os objetivos da Associação e suas necessidades de desenvolvimento;
- (iiii) assessorar tecnicamente o Diretor Executivo e/ou o Conselho Deliberativo sempre que convocado ou consultado pelo Presidente.

Parágrafo primeiro - O Conselho Consultivo se reunirá anualmente ou, sempre que necessário, por convocação de qualquer de seus membros, dos Associados Fundadores ou do Conselho Deliberativo. As decisões do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria simples dos presentes em suas reuniões, que serão 📈 feitas por qualquer quórum.

1 M3 5 20



















Parágrafo segundo - A convocação das reuniões do Conselho Consultivo será feita através de carta circular enviada a cada um de seus membros ou de outra forma de correspondência em que se assegure a sua recepção.

Parágrafo terceiro - As atas das reuniões do Conselho Consultivo serão lavradas

Parágrafo quarto - No caso de vacância permanente no Conselho Consultivo, a Assembleia Geral, caso entenda necessário, reunir-se-á para nomear o novo membro, que permanecerá no cargo até o fim do mandato de seu antecessor.

CAPÍTULO VIII Do Conselho Fiscal

Artigo 26º - O Conselho Fiscal será composto por até 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 3 (três) anos, sem remuneração, podendo ser reeleitos.

Parágrafo primeiro - O Conselho Fiscal reunir-se-á uma vez por ano mediante convocação do Diretor Executivo e/ou do Conselho Deliberativo ou, justificadamente, por solicitação de qualquer um de seus membros.

Parágrafo segundo - As deliberações e pareceres do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos, constarão de ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.

Parágrafo terceiro - O Conselho Fiscal será dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da

Parágrafo quarto - No caso de cargo vacante no Conselho Fiscal, novo membro será eleito pela Assembleia Geral para cumprir mandato por prazo coincidente com o dos demais membros.

CAPÍTULO IX Do Patrimônio e sua Utilização

Artigo 27º - O patrimônio da Associação responde pelas suas obrigações, não sendo os Associados e Diretores responsáveis pessoalmente pelas obrigações sociais regularmente contraídas.

Artigo 28º - O patrimônio da Associação será constituído:

- pelos recursos que lhe forem destinados, decorrentes de acordos, convênios e contratos de cooperação financeira;
- por contribuições dos Associados, doações, legados ou dotações que lhe (ii) forem feitas por pessoa físicas ou jurídicas de direito privado, nacionais ou estrangeiras;
- por doações, dotações, auxílios e subvenções que lhe forem feitos pela (iii) União, Estados e Municípios;
- por bens e direitos provenientes de renda patrimonial; (iv)
- por qualquer receita de seus próprios serviços, bens ou atividades, inclusive (v)
- pelos bens móveis e imóveis que venha a receber ou adquirir; (vi)
- por quaisquer receitas eventuais, inclusive investimentos aprovados pelo (vii) Diretor Executivo.



pela prestação de serviços, desde que compatíveis com o objeto social da Associação.

Artigo 29º - A Associação poderá receber, em comodato ou doação, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas de direito privado, acervos de obras de arte, que constituirão, pelo tempo em que viger os referidos contratos, o patrimônio da Associação.

Parágrafo primeiro - Todo o patrimônio, rendas, recursos e resultados positivos da Associação serão integralmente destinados à consecução de seu objetivo social, sendo vedada a distribuição de lucros ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob qualquer pretexto.

Parágrafo segundo - A alienação de bens imóveis e de direitos dependerá da aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo terceiro - Os Associados, quer pessoa física, quer pessoa jurídica, não adquirem a qualquer título direitos sobre os bens da Associação e, em caso de extinção, nada poderão exigir.

Parágrafo quarto- As obras de arte de sua coleção não poderão ser alienadas.



Artigo 30°- O exercício social da Associação será do dia 1° de janeiro e findará no dia 31 de dezembro.

Artigo 31º - A prestação de contas da Associação observará, no mínimo:

- os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade;
- a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, (ii) do relatório de atividades e das demonstrações financeiras, incluindo as certidões negativas de débitos junto à Receita Federal do Brasil e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se (iii) for o caso;
- a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública (iv) recebidos, pela Associação, na forma da legislação aplicável.

CAPÍTULO XI Da Dissolução

Artigo 32º - Em caso de dissolução, uma vez liquidadas todas as obrigações da Associação, os bens acaso remanescentes serão destinados pela Assembleia Geral a entidades congêneres, que tenham objetivos e finalidades análogas à Associação, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Único- Nenhum ato poderá ser praticado pela Associação para assegurar a terceiros, em caso de dissolução, a posse ou propriedade de seus bens, salvo quanto aos bens que lhe tenham sido doados, sob a condição de devolução à pessoa designada pelo doador, ou recebidos em comodato.

Artigo 33º - A Associação só poderá ser dissolvida e declarada extinto por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, para isso expressamente convocada, com a presença de, pelo menos, dois terços dos seus membros e por maioria absoluta de

aprovada por no mínimo 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral.

Artigo 34º - Qualquer alteração dos artigos deste Estatuto somente poderá ser











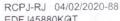
















CAPÍTULO XII Das Disposições Gerais

WB

Artigo 35º – A Associação poderá requerer a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ("OSCIP") de acordo com o disposto na Lei nº 9790/99.

Parágrafo Único - Revogada a qualificação de OSCIP concedida à Associação, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos estaduais ou federais durante o período em que perdurou aquela qualificação, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão contabilmente apurados e transferidos a outra pessoa jurídica qualificada, nos termos da Lei Federal n.º 9.790/99, que tenha, preferencialmente, o mesmo objeto social.

Artigo 36º – A Associação observará a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência de participação no respectivo processo decisório. Artigo 37º - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral.

@/

Ro

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2019.

X

THELMA VILAS BOAS
Presidente da Assembleia Geral

Geral

m

THELMA VILAS BOAS

Presidente do Conselho Deliberativo

ROBERTO SOMLO Secretário da Assembleia

Me. O.

th

Visto do advogado

OAB/RJ 21

216.763

de

Zu

(DX)

Cartório 6º Ofício de Notas

THELMA VILAS BOAS

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 2019

Getüllo Rodrigues da Silva - Escreyante Emolumentos: R\$ 5.51 TJ-Fundos: 2,3 Total: 7.91 Selo: EDEK44874-RDC

Rus Artur Bernardes, 14 - L.J.: B Cateto Rd - CEP: 22220-070 089706AB671822

A The

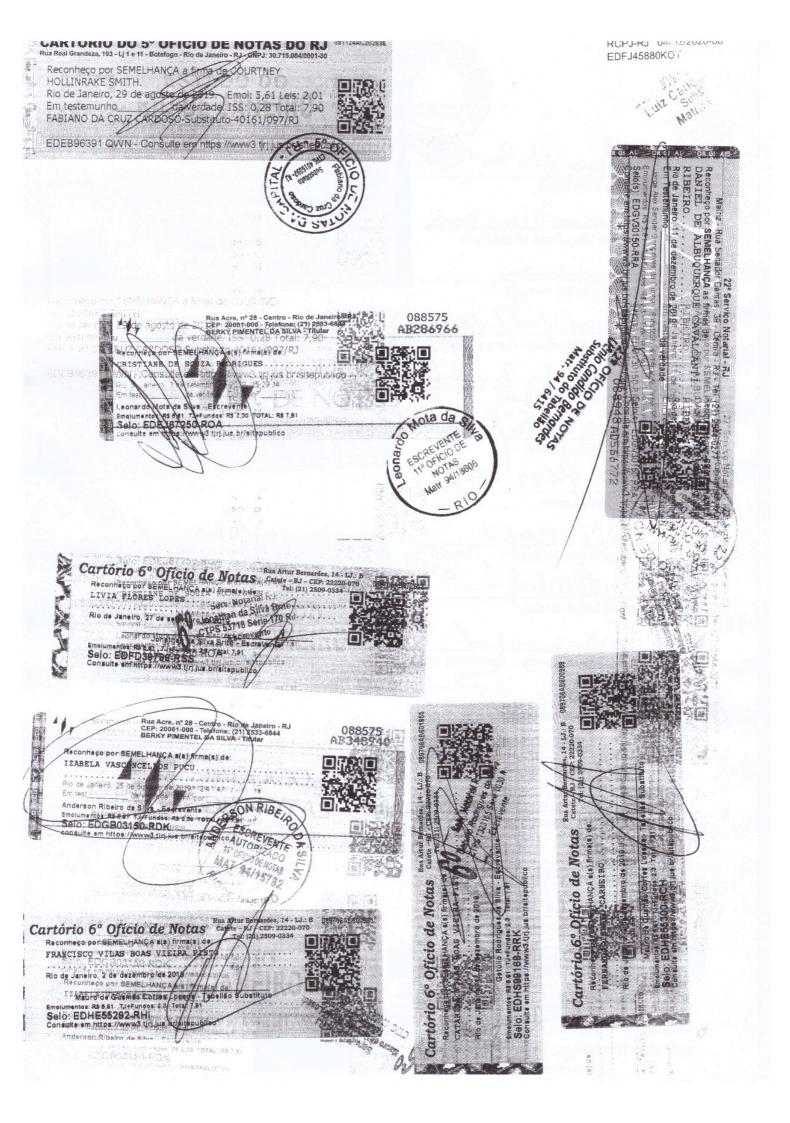
2 13

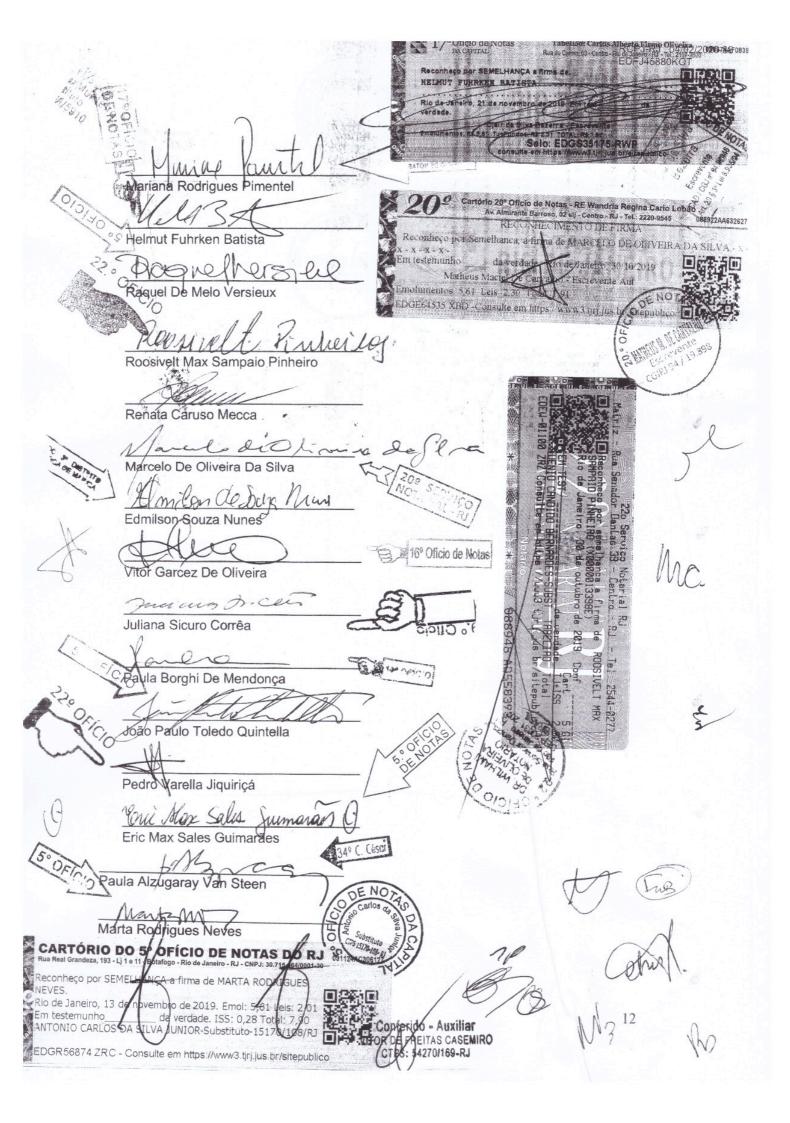
#

Rs ph



CARTORIO DO 5º OFICIO DE NOTAS DO RJ - SUGURSAL 04/04/2020-8 Reconheço por SEMELHANÇA a firma de ELEN OLIVEIRA ERREIRA SILVA ucursal, 09 de/deze 2019. Emol: 5,61 Leis: 2,01 Substituto da verdade. ISS: 0,28 Total: 7,90
MARCUS SILVA M. DOS SANTOS Substituto-07418/147RJ CTPS 07418 Em testemunho L EDHA15966 FRE - Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico 24º OFICIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AG730378 enida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone; (21)3553-6021 Marcos Vilas Boas RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE MARCELO MURTA VELLOSO 6° 30 1100 Valor total: 7,91 Catarina Vilas Boas Vieira Pinto Rio de Janeiro, 24/10/2019, WÊNIO BARBOSA NASCIMENTO Selo: EDGA51806-YJB Consulte em https://www3.tr/j.jus.br/strepublico Fernando Comero Fernando Israel Pinheiro ancised ! ins EICIO DE NO Francisco Vilas Boas Vieira Pinto Recombeço por Semelhanca, a firma de DENISE TELES A Courney Hollinrake \$mith da versade Rio de Jameiro 30 10 2015 Em testenninho Matheus Maciel De cr- Escrévente Aut Enrolamentos 5.61 Leis 2.30 Total 91 6° Denise Teles Milfond EDGE64532 OGP -Consulte em https://www3.tjrj.jus/br/sitepublico/ Livia Flores Lopes CARTÓRIO DO 59 OFÍCIO DE NOTAS DO RA BELLE Marcos Celso Cardoso ANÇA a firma de RACUEL SILVA Reconheço por SEMEL RODRIGUES. Rio de Janeiro, 17 outubro de 2019. Emol: 5,61 Leis: 2,01 Elen Oliveira Ferreira Em testemunho da verdade, ISS: 0,28 Total: 7,90 ANTONIO CARLOS D SILVA JUNIOR-Substituto 15170/108/RJ DVIPAI EDFR74444 JBV e em https://www3.tjr Daniel De Albuquerque Cavalcanti Ribeiro Izabela Vasconcellos Pucu aguetfodiques SIJ. OFICIO Raquel Silva Rodrigues Cristiane De Souza Rodrigues lorde Vasconcelas Marcelo Murta Velloso 14º Tabelião de Notas de São Lua Antônio Bicudo, 64 | Pinheiros | CEP: 05418-010 | 56 Fone: (1-1) 3 0 6 5 . 4 s 0 0 | www.vampre R\$7,50 SELU(S) C11047AB0878486 C11047AB089648 Válido somente com selo de autenticidade





Em testemunho

Na verdade Rio de Janeiro, 19/12/2019

Lucas N. Valentim De Paula - Escrevente Aut

Emolumentos 561 Les 2,30 Total 7,91

EDHU37931 IJP Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico/



